

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 004/2024
RECEPCIONAMENTO DE PROPOSTAS
PARA EFEITO DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEL

PROCESSO ADM. ELETRÔNICO N.º. 5848/2024

Interessado: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PMAC

ID: 2024.005E0700001.18.0004

CHAMAMENTO PÚBLICO. CREDENCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA FINS DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR NO DISTRITO DE MATILDE, ALFREDO CHAVES/ES.

1. PREÂMBULO

1.1. O **MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 27.142.686/0001-01, com sede na Rua José Paterline, n.º 910, Centro, Alfredo Chaves/ES, CEP 29.240- 000, Tel.: 0800 885 8429, neste ato representado pelo Exmº. Sr. **Prefeito, FERNANDO VIDEIRA LAFAYETTE**, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF/MF sob o n.º 263.143.047-68, residente na Rua Cachoeirinha, s/n.º, Bairro Cachoeirinha, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, na pessoa da Secretária Municipal, **CHIRLEY CRISTINA SANT'ANNA N. PARTELLI, TORNA PÚBLICO** aos interessados que está procedendo **CHAMAMENTO PÚBLICO** para o credenciamento de pessoas físicas e jurídicas, com a finalidade de selecionar proposta(s) e documentação(ões) para **“aquisição de área de terra no Distrito de Matilde, Alfredo Chaves/ES, para construção de 01 (uma) unidade escolar”**, conforme autorização e especificações dispostas nos termos do presente instrumento de chamamento e seus anexos.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. A escolha do imóvel se fundamenta no inciso I, do art. 79 da Lei n.º 14.133/2024, que dispõe sobre o credenciamento, para compra de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, bem como nas especificações e disposições estabelecidas neste Edital de Chamamento Público n.º 004/2024 e seus Anexos.

3. INFORMAÇÕES DO EDITAL

3.1. Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Honorilda Santiago, n.º 32, Bairro Santa Terezinha, Alfredo Chaves, Espírito Santo, Tel: (27) 3269-2774, das 08h00min às 13h00min, E-mail: seme@edu.alfredochaves.es.gov.br ou pelo site www.alfredochaves.es.gov.br no link disponível nas abas (Educação) e (Licitação).

4. DA REPRESENTAÇÃO DA INSCRIÇÃO E DA DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES

4.1. Os interessados deverão protocolar o(s) envelope(s) contendo a documentação e a proposta, nos termos exigidos no presente Edital na Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves/ES, localizada na Rua Honorilda Santiago, n.º 32, Bairro Santa



PREFEITURA DE
ALFREDO CHAVES
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Terezinha, Alfredo Chaves/ES, em horário de funcionamento de 08:00min às 13:00min, em envelope devidamente fechado e identificado, a partir da data de publicação do presente edital **até o dia 06 de dezembro de 2024 às 12h.**

4.2. Após o encerramento das inscrições, conforme subitem 4.1. acima, será divulgado a listagem de todos os inscritos no presente Chamamento Público, através do Site da Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves (www.alfredochaves.es.gov.br) nas abas Educação e Licitação e publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo (DOM/ES).

4.3. A ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS/DOCUMENTAÇÃO, ocorrerá às 09h do dia 10/12/24 na Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves, localizada na Rua Honorilda Santiago, n.º 32, Bairro Santa Terezinha, Alfredo Chaves/ES.

4.4. O(S) representante(s) inscrito(s) perante o Chamamento poderão acompanhar à Sessão Pública de abertura do(s) envelope(s), documentos de habilitação e proposta(s), conforme prevista no item 4.3, na sede da Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Honorilda Santiago, n.º 32, Bairro Santa Terezinha, Alfredo Chaves, Espírito Santo, através de um representante devidamente munido de documento que o credencie a participar deste Chamamento Público, conforme modelo **(anexo III)** ou instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida, que venha a responder por seu representado e identificar-se exibindo a carteira de Identidade ou outro documento equivalente com foto.

4.4.1. A não apresentação, incorreção do documento de credenciamento ou ausência do representante, não implicará na desclassificação da proposta comercial, porém, o representante não credenciado estará impedido de se manifestar durante a abertura dos envelopes.

4.4.2. O proponente interessado poderá representar apenas uma proposta.

5. DO OBJETO

5.1. O presente Chamamento Público tem por objeto o credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas, com **“propostas de venda de uma área de terra, no Distrito de Matilde, Alfredo Chaves/ES, para fins de construção de 01 (uma) unidade escolar”**, conforme autorização e especificações dispostas neste Edital de Chamamento Público.

5.1.1. O imóvel poderá possuir uma ou mais matrículas, em nome do(s) mesmo(s) proprietário(s), contudo a área deverá ser obrigatoriamente contígua, adjacente.

5.1.2. O imóvel poderá ser parte de uma área maior que a pretendida pelo Município. Neste caso deverá ser apresentado um *croqui* com apresentação gráfica da área ofertada.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar desta licitação quaisquer interessados pessoas físicas e jurídicas que comprovarem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste edital.

6.2. Estão impedidas de participar deste edital de Licitação:

6.2.1. INTERESSADOS que, por qualquer motivo, tenham débito (s) vencidos com as Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal, débito (s) trabalhistas, bem como, com o FGTS ou cujas propriedades apresentem quaisquer ônus;

6.2.2. INTERESSADOS que forem declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, enquanto perdurem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

6.2.3. Servidor, dirigente do órgão ou responsável pela licitação que tenha participação direta ou indireta com o interessado. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo, seja de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista;

6.2.4. Servidor integrante do quadro funcional do Município de Alfredo Chaves, seja como sócio, cotista ou dirigente, ou ainda, cônjuge, parentes até o terceiro grau, companheiro, parente em linha reta ou colateral, consanguíneo ou afim de servidor público do Município de Alfredo Chaves, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA/DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Deverá ser protocolado um único envelope identificado na sua parte externa o seguinte:

CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 004/2024
ENVELOPE – “PROPOSTA/DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”
MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
(NOME COMPLETO DO PROPONENTE, TELEFONE E E-MAIL)
DATA DE ABERTURA: 10/12/2024
HORÁRIO: 09h.

7.2. O envelope, devidamente fechado, deverá conter a proposta comercial que deverá ser apresentada em papel timbrado quando pessoa jurídica e documentos de habilitação, em 01 (uma) via original, digitada, legível, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada na última página e rubricada nas demais, inclusive nos anexos. Bem como, o preço do imóvel, deverá estar em moeda nacional, limitada a 02 (duas) casas após a vírgula.

7.3. A proposta técnica, exigida neste Edital, deverá seguir o modelo apresentado no **(ANEXO II)**;

7.3.1. A proposta deverá ser assinada por todos os responsáveis/proprietários do imóvel e/ou por procuração para os devidos fins objeto do presente, devendo ser respeitada a legislação quanto ao regime de casamento, em caso de proprietários pessoas físicas, bem como as condições previstas em contrato social ou estatuto social para proprietário pessoa jurídica, inclusive, eventual ata de reunião ou assembleia quando assim exigir os documentos de constituição societária;

7.3.2. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a **150 (cento e cinquenta) dias**, contados da data fixada para entrega da proposta;

7.3.3. Caso o prazo de validade da carta proposta estabelecido no item 7.3.2 não esteja

expressamente indicado, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento;

- 7.3.4. Em hipótese alguma poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação ao valor, prazo de validade ou qualquer condição que importe modificação de seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais, alterações estas que serão avaliadas pela Comissão Especial de Avaliação para este fim;
- 7.3.5. Eventual falta de data ou assinatura na proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à sessão pública de abertura dos envelopes de proposta, com poderes para este fim;
- 7.3.6. Deverá preferencialmente ser utilizado o modelo de Proposta de Preços – **(ANEXO II)**;
- 7.3.7. Deverá constar, obrigatoriamente, os dados do(s) Proprietário(s) do imóvel (Pessoa física ou Jurídica), CPF/CNPJ, assinatura(s) e nome(s) legível(is) do(s) representante(s) responsável(is) pela proposta e/ou de seu(s) Procurador(es) (através de procuração devidamente registrada em cartório);
- 7.3.8. **Deverá constar da proposta o valor, que deve computar todos os custos necessários para a entrega do objeto desta aquisição, bem como os custos relativos às documentações elencadas no subitem 12.2, os impostos, contribuições sociais, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, garantias, taxas, emolumentos, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o contrato;**
- 7.3.9. Independente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta de preço acarretará, necessariamente, a aceitação total das condições previstas neste instrumento convocatório.

Parágrafo Único: A Administração Pública Municipal poderá realizar quaisquer diligências que julgarem necessárias ao complemento de informações em relação à proposta apresentada, inclusive com vistoria do imóvel proposto.

Para a inscrição, no envelope também deverão estar:

7.4. DOS DOCUMENTOS RELATIVOS AO IMÓVEL (ÁREA OFERTADA)

- 7.4.1. Cópia(s) da(s) Escritura(s) Pública, acompanhada da(s) Matrícula(s) atualizada(s) da(s) área(s) ofertada(s) devidamente registrada(s) no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Alfredo Chaves/ES, em nome da(s) proponente(s), com data de expedição de até 30 (trinta) dias, livre e desembaraçada de quaisquer ônus;
- 7.4.2. Certidão Negativa Conjunta do Imóvel Rural (ITR, INCRA, etc), em plena validade;
- 7.4.3. Descrição completa do imóvel, da localização, da área física, e, com apresentação de fotos visíveis e atualizadas do imóvel, atendendo as exigências mínimas descritas neste Edital **(ANEXO I)** e valor de venda.

7.4.4. Declaração atestando que não pesa sobre o imóvel qualquer impedimento de ordem jurídica capaz de inviabilizar o processo de aquisição, ou, caso exista algum impedimento, prestar os esclarecimentos cabíveis, inclusive com a juntada da documentação pertinente, para fins de avaliação por parte da comissão designada;

7.4.5. Apresentação de no mínimo 01 (um) parecer técnico de avaliação mercadológica do imóvel, devidamente assinado por profissional habilitado pelo CRECI, da(s) área(s) a ser(em) ofertadas à Administração Pública Municipal.

7.4.5.1. O Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica, deverá obrigatoriamente possuir informações de pelo menos 03 (três) transações imobiliárias similares e ou propostas a venda no mercado, identificando o imóvel e seu proprietário e valor comercializado ou a ser comercializado, devidamente assinado pelo responsável, com nome e carimbo.

7.4.5.2. Certidão Negativa do Imóvel junto ao Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca onde se encontra registrado o mesmo.

7.5. DOS DOCUMENTOS DO(S) PROPRIETÁRIO(S) (PESSOA FÍSICA)

- 7.5.1. Cópia(s) autenticada(s) do RG e do CPF, se pessoa física;
- 7.5.2. Comprovante(s) de residência(s);
- 7.5.3. Certidões de feitos ajuizados (Cível Estadual/Federal e Trabalhista);
- 7.5.4. Certidão de Casamento e CPF do cônjuge (se casado);
- 7.5.5. Certidão(ões) Negativa de Cartório de Protesto em nome do(s) proponente(s);
- 7.5.6. Certidão Negativa de Interdição fornecida pelo Cartório de Registro Civil.

7.6. DOS DOCUMENTOS DO PROPRIETÁRIO (PESSOA JURÍDICA)

- 7.6.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 7.6.2. RG e CPF do titular quando se tratar de empresa individual e dos sócios quando se tratar de sociedade; acompanhado da certidão de casamento (se houver), Carteira de Identidade (RG) do(s) conjugue(s) e Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do(s) conjugue(s);
- 7.6.3. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- 7.6.4. Prova de inscrição no cadastro da Secretaria Estadual de Fazenda (CICAD, ou SINTEGRA ou Certidão Narrativa);

- 7.6.5. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certidão de Regularidade do FGTS-CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- 7.6.6. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 7.6.7. Prova de Regularidade para com a Fazenda Pública Estadual (emitido pela Receita do Estado do Espírito Santo);
- 7.6.8. Prova de Regularidade para com a Fazenda Pública Municipal (Certidão quanto a Tributos Municipais), do domicílio ou sede da licitante.
- 7.6.9. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 7.6.10. Certidão(ões) Negativa de Cartório de Protesto em nome do(s) proponente;

7.7. Outras Documentações, que deverão ser colocadas no envelope tanto para pessoa física como para pessoa jurídica:

- 7.7.1. Declaração de Idoneidade (**ANEXO IV**);
- 7.7.2. Declaração de veracidade dos documentos e sujeição aos termos do Edital (**ANEXO V**);
- 7.7.3. Declaração de não possuir vínculo com Servidor Público (**ANEXO VI**).

8. DO PROCEDIMENTO DE ABERTURA DO(S) ENVELOPE(S)

- 8.1. No dia e horário fixado no item 4, subitem 4.1, deste edital, serão abertos os envelopes Documentos de Habilitação e proposta(s) de preços dos inscritos no presente Chamamento Público.
- 8.2. Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de proponente retardatário, a não ser como ouvinte.
- 8.3. As pessoas que não comprovarem possuir poderes para representação legal das licitantes somente poderão participar da sessão como ouvintes.
- 8.4. O(s) envelope(s) contendo os documentos relativos à habilitação e a(s) proposta(s) técnica(s) será(ão) aberto(s), na presença dos interessados, pela Comissão Especial de Avaliação nomeados pela Decreto nº 2131-N de 22 de novembro de 2024, que fará a conferência e dará vista da documentação junto ao Agente de Contratação, que deverá ser rubricada pelos representantes legais das proponentes presentes.
- 8.5. Aberto(s) o(s) envelope(s), o Agente de Contratação integrante a Comissão Especial de Avaliação, a seu juízo exclusivo, apreciará os documentos de cada requerente, tão somente os documentos de habilitação constantes nos subitens 7.4, 7.5, 7.6 e 7.7, não cabendo avaliar

a Proposta Técnica.

8.6. Em seguida, a Comissão Especial de Avaliação nomeada pela Decreto nº 2131-N de 22 de novembro de 2024, declarará suspenso os trabalhos, designando desde logo, para avaliação e julgamento das propostas técnicas o membro profissional técnico da Comissão Especial de Avaliação.

8.7. O julgamento das propostas será objetivo, razão pela qual a Comissão Especial de Avaliação, irá realizá-lo em conformidade com o tipo de certame aqui declinado, os critérios previamente estabelecidos neste ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos proponentes e pelos órgãos de controle.

8.8. Do resultado do julgamento de documentos e propostas caberá recurso, na forma do art. 165, I, letra "b" da Lei Federal n.º 14.133/2021, no prazo de 05 (cinco) dias. Decididos os recursos e homologado o resultado final do Chamamento Público, será ele publicado, na forma da lei.

8.9. Faculta-se à autoridade superior, em qualquer fase do Chamamento Público, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, conforme o art. 64, da Lei Federal n.º 14.133/2021, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

8.10. Das reuniões lavrar-se-ão atas, assinadas pelos membros da Comissão Especial de Avaliação, o Agente de Contratação e pelos representantes dos licitantes presentes, que deverão conter as ressalvas apresentadas pelos representantes presentes e demais anotações julgadas pertinentes.

8.11. Após a abertura do (s) envelope (s), não caberá desistência da (s) mesma (s), salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, devidamente justificado e aceito pela Comissão Especial de Avaliação.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados, serão distribuídas notas, da seguinte maneira:

a) Pontuação pelo MELHOR PREÇO por metro quadrado (M²);

- 1º colocada melhor proposta: 100 pontos
- 2º colocada melhor proposta: 90 pontos
- 3º colocada melhor proposta: 80 pontos
- 4º colocada melhor proposta: 70 pontos
- 5º colocada melhor proposta: 60 pontos
- 6º colocada melhor proposta: 50 pontos
- 7º colocada melhor proposta: 40 pontos
- 8º colocada melhor proposta: 30 pontos
- 9º colocada melhor proposta: 20 pontos
- 10º colocada melhor proposta: 10 pontos



b) Pontuação pelos CRITÉRIOS, a seguir:

	Critérios de Julgamento	Metodologia de Pontuação	Pontuação Máxima por Item
01	Terreno encontra-se disponível para ocupação desta municipalidade e livre de quaisquer edificações quando da sua aquisição.	<input type="checkbox"/> Atende <input type="checkbox"/> Não Atende	5 0
02	Possui condições topográficas favoráveis em toda a sua área com inclinação inferior a 8% (oito por cento);	<input type="checkbox"/> Atende <input type="checkbox"/> Não Atende	5 0
03	Possui área contínua de no mínimo 6.000,00m ² , eventualmente não desapropriadas, não poderão ser incluídas na proposta; a proponente possuindo em sua área registrada, área de domínio da BR ou de Redes Elétricas, deverá obrigatoriamente propor o imóvel desconsiderando a área ocupada.	<input type="checkbox"/> Atende <input type="checkbox"/> Não Atende	5 0
04	Possui área contínua mínima de 100% (cem por cento) de aproveitamento para edificações de instalações educacionais e de implantações de infraestrutura urbana necessárias.	<input type="checkbox"/> Atende <input type="checkbox"/> Não Atende	5 0
05	Encontra-se situada confrontante para a ES-383 (trecho compreendido entre o Trevo de acesso à Estação Ferroviária de Matilde à região do cruzamento que dá acesso ao campo e igreja católica de Matilde).	<input type="checkbox"/> Atende <input type="checkbox"/> Não Atende	5 0
06	Possui testada de frente para a ES 383, numa extensão mínima de 40,00m e no mínimo 125,00m de profundidade;	<input type="checkbox"/> Atende <input type="checkbox"/> Não Atende	5 0
07	Possui Laudo da Defesa Civil Municipal ou Estadual quanto a segurança do imóvel; Não existir histórico e risco de alagamento, escorregamento de encostas, movimentação de massa dentre outros fenômenos que possam existir;	<input type="checkbox"/> Atende <input type="checkbox"/> Não Atende	25 0
08	Obedecer às regras de postura e funcionamento contidas na legislação vigente, (Codigo de Obras Municipal), Lei de Zoneamento, e não possuir quaisquer	<input type="checkbox"/> Atende <input type="checkbox"/> Não Atende	5 0



PREFEITURA DE
ALFREDO CHAVES
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	restrições que impossibilitem sua aquisição pelos meios legais;		
09	A área proposta encontra-se em partes, dentro do perímetro urbano da sede administrativa do Município de Alfredo Chaves/ES.	() Atende () Não Atende	5 0
10	Viabilidade Técnica quanto á: acessibilidade (norma ABNT NBR 9050/2020), acesso de veículos e inclusive ônibus escolares, pedestres e outros, abastecimento de água potável, serviço de coleta e tratamento de esgoto, fornecimento de energia elétrica e rede de dados; essas comprovações se darão por meio de documentos emitidos pelas concessionárias que atendem a região.	() Atende () Não Atende	10 0
		PONTUAÇÃO MÁXIMA TOTAL	75

9.2. Será classificado os proponentes pela pontuação obtida (de maior para menor), com as considerações efetuadas pela Comissão Especial de Avaliação designada.

9.2.1. Em caso de empate, de duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate elencados no artigo 60 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

9.3. Será desclassificada a proponente que deixar de atender **03 (três) ou mais** critérios elencados no subitem contidos 9.1 alínea “b”; ou exclusivamente o **critério n.º 08** da referida alínea;

9.4. Será considerada a melhor ÁREA para “**construção da unidade escolar na comunidade de Matilde**”, a proposta que tenha a maior pontuação, **somando-se as notas das alíneas “a” e “b”**;

9.5. O presente edital não implica em obrigatoriedade de aquisição do imóvel ou de aceite de quaisquer das propostas apresentadas em qualquer uma das fases deste processo, nem tampouco daquela de menor valor, reservando-se a Comissão Especial de Avaliação nomeada pela Decreto nº 2131-N de 22 de novembro de 2024, o direito de optar pelo imóvel que melhor atenda ao interesse público, em observância aos ditames do art. 79, inciso I, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

9.6. A classificação e seleção da melhor proposta dentre as pré-qualificadas levará em consideração, em especial, dentre critérios de conveniência e finalidade do imóvel pretendido pela Administração Pública Municipal, a sua localização, condições da via pública que dá acesso ao Imóvel, características do imóvel e o valor pretendido, além de avaliações através de visita(s) ao imóvel, parecer mercadológico por parte da proponente e do Município.

9.7. A escolha do imóvel será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, visando à observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, devendo ser desconsiderado o excesso de formalismo sanável, por qualquer forma, que venha a prejudicar o interesse público.

9.8. O Município reserva-se o direito de visitar os imóveis ofertados, que deverão estar à disposição para estas visitas e perícias, em datas previamente agendadas.

9.9. Excepcionalmente, na hipótese de não houver terreno ofertado que preencha os requisitos dos itens da tabela acima, a Comissão Especial de Avaliação poderá apreciar proposta com dimensões e localizações similares aos critérios aqui exigidos.

9.10. O Agente de Contratação em conjunto com a Comissão Especial de Avaliação, poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas proponentes ou para esclarecer dúvidas e/ou omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

9.11. Será lavrada Ata circunstanciada do julgamento das propostas, a qual deverá ser assinada pelos Membros da Comissão Especial de Avaliação, Agente de Contratação e demais presentes.

9.12. O critério de Julgamento se dará na forma do art. 59 e ss. da Lei Federal n.º 14.133/2021, podendo haver diligências para comprovação da exequibilidade da proposta, a exemplo do §2º do mesmo diploma legal, onde infoma que “a administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do **caput** deste artigo”.

10. DO VALOR DO IMÓVEL

10.1. O valor da proposta de venda do imóvel deverá estar de acordo com o preço praticado no mercado imobiliário da respectiva região.

10.1.1. Áreas de domínio da Rodovia ES 383, eventualmente não desapropriada, não poderão ser incluídas no valor a ser pago pelo Município. A proponente possuindo em sua área registrada, área de domínio da ES 383, deverá obrigatoriamente propor o imóvel desconsiderando a área ocupada;

10.2. Assim, em havendo interesse da Administração Pública Municipal pelo imóvel, o mesmo será ainda submetido à avaliação de profissional e/ou instituição e/ou empresa especializada, em consonância com o disposto no inciso I, artigo 79, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

11. DO RESULTADO DA PRIMEIRA ETAPA

11.1. Após recebimento da Ata da análise e julgamento das propostas emitida pela Comissão Especial de Avaliação, será divulgado o resultado com a classificação e respectiva pontuação, através do site do Município de Alfredo Chaves/ES (www.alfredochaves.es.gov.br) pelo link “Chamamento Público” e no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo (DIO/ES).

12. DA CONVOCAÇÃO E DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DA MELHOR CLASSIFICADA – SEGUNDA ETAPA

12.1. Após as devidas publicações do resultado constante no item 11, será encaminhado para apreciação das autoridades superiores, para fins de parecer e autorização de continuidade do trâmite do presente processo.

12.2. O Município notificará a proponente classificada como melhor proposta, a qual terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, após publicação do resultado e respectiva autorização das autoridades superiores, para apresentar a seguinte documentação:

- a) Mapa georreferenciado planialtimétrico e cadastral da área, com as devidas locações da(s) área(s) de servidão (se houver), infraestrutura existentes (rodovia, edificações e outros), e da comprovações de quantidade de área útil/edificável, documentos físicos e digitais (mapas na extensão .DWG) e respectiva ART;
- b) Atestado de confrontantes (respectivo reconhecimento de firma das assinaturas);
- c) Certidão Vintenária do Imóvel (certidão que documenta 20 anos de registros em cartório relativos a uma determinada propriedade);
- d) Certidão negativa de ônus real e gravames e de distribuição de ações reais e reipersecutórias que possa pesar sobre o imóvel.

13. DO RESULTADO DA SEGUNDA ETAPA

13.1. Após o recebimento e avaliação da documentação exigida no item 12 do presente edital, o Agente de Contratação em conjunto com a Comissão Especial de Avaliação, irá declarar e divulgar o resultado de habilitação ou inabilitação da proponente, caso seja considerada inabilitada a primeira colocada, será convocada a segunda colocada na classificação geral e assim sucessivamente, para apresentação dos documentos supramencionados.

14. DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. A decisão da melhor proposta se dará após o resultado da segunda etapa, disposta no item 12, e avaliação mercadológica do imóvel por parte da Administração Pública Municipal, conforme disposto no inciso I, artigo 79, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

14.2. Após, será encaminhado o processo ao Exmº. Sr. Prefeito Municipal, para fins de deliberação quanto à homologação do certame e a adjudicação de seu objeto ao licitante vencedor.

14.3. O Exmº. Sr. Prefeito Municipal poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e

suficiente para justificar tal conduta, e a anulará por ilegalidade de ofício ou mediante provocação de terceiros, deparecer escrito e devidamente fundamentado.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Órgão: 100-Secretaria Municipal de Educação-SEME;
Unidade Orçamentária: 001-Manutenção e Desenvolvimento da Educação;
Programa:100001.1236100123.033 – Investimentos e Melhorias da Infraestrutura do Ensino Fundamental;
Elemento de Despesa: 44906100000;
Fonte de Recursos: 150000250000, 1550000000000 e 154000300000.
Ficha: 384

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento da área selecionada será realizado após lavrado ato do Registro em Cartório da Escritura Pública em nome do Município de Alfredo Chaves/ES com condição Resolutiva em caráter Pro Solvendo com a forma de pagamento, sendo uma entrada e o restante em até 10 parcelas.

16.2. O pagamento se dará por transferência bancária, conforme dados bancários informados pelo proprietário do imóvel.

16.3. O pagamento somente será efetuado após a apresentação da Escritura Pública devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Alfredo Chaves.

16.4. A posse da área objeto da aquisição pela Administração Pública Municipal deverá ser entregue imediatamente após o registro da Escritura Pública, com os devidos marcos em concreto e plaquetas com dados georreferenciados de acordo com o mapa/planta apresentado.

16.5. O Município de Alfredo Chaves poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a possíveis multas e/ou indenizações incidentes sobre a área adquirida.

16.6. A Administração Pública Municipal não pagará despesas de intermediação ou corretagem.

17. DOS RECURSOS

17.1. Aos credenciados é assegurado o direito à interposição de Recurso Administrativo, nos termos do art. 165 e ss. da Lei Federal n.º 14.133/2021, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos.

17.2. O Recurso Administrativo deverá ser protocolado junto ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves/ES, localizado no Centro Administrativo Ruzerte De Paula Gaigher - Rua Lauro Ferreira Pinto, n.º 165, sala 02 (térreo), Centro, Alfredo Chaves/ES, em dias úteis, entre 08:00min às 13:00min, no prazo de até **03 (três) dias úteis**, contados do primeiro dia útil subsequente à data da publicação do resultado, devendo o mesmo ser direcionado à Comissão Especial de Avaliação, para fins de reconsideração junto ao Agente de Contratação, que terá

igual prazo para análise e decisão.

17.3. Somente o interessado ou seu representante legalmente constituído poderá interpor Recurso Administrativo.

17.4. O Recurso Administrativo limitar-se-á às questões de habilitação.

17.5. Caso sejam apresentados documentos por ocasião da interposição do Recurso Administrativo, instruindo-o, serão considerados intempestivos, não servindo para substituir documentos já entregues tempestivamente, não suprimindo documentos exigidos e não entregues.

17.6. O Recurso Administrativo deverá ser protocolado, fisicamente, no Protocolo Geral, devendo ser dirigido à Comissão Especial de Avaliação.

17.7. Serão conhecidos somente os pedidos de revisão tempestivamente protocolados, desde que motivados e não protelatórios.

17.8. Decidido em todas as instâncias administrativas sobre os recursos interpostos, o resultado final do processo de credenciamento será divulgado no Diário dos Municípios do Estado do Espírito Santo e no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves/ES.

18. DAS PENALIDADES

18.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará à CREDENCIADA as penalidades previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa, sem prejuízo do descredenciamento.

19. DA PUBLICAÇÃO

19.1. Os INTERESSADOS poderão requerer, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, por E-mail: seme@edu.alfredochaves.es.gov.br a relação dos credenciados e o resultado preliminar dos credenciamentos;

19.2. O resultado do credenciamento será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo”, bem como no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves/ES.

20. DA CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

20.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 14.230/2021), e seus regulamentos e fazer-se cumprí-las.

20.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação

ou na execução de contrato;

- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
- f) Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte do(a) CREDENCIADO(a), em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:
 - I - Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa – PAR, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;
 - II – Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 23 da Lei Federal n.º 14.230/2021.
- g) O(A) CREDENCIADO(A) obriga-se a conduzir os seus negócios e práticas comerciais de forma ética e íntegra, em conformidade com os preceitos legais vigentes no Brasil. Art. 4º do Termo de Integridade e Ética competente para as providências cabíveis.

21. CASOS OMISSOS

21.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n.º 14.133/2021 e dos princípios gerais de direito.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Os INTERESSADOS terão acesso sobre o resultado de SELEÇÃO através de listagem de todos os inscritos no presente Chamamento Público, através do site do Município (www.alfredochaves.es.gov.br) pelo link disponibilizado e publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo (DOM/ES).

22.2. A Administração Pública Municipal não pagará despesas de intermediação ou corretagem.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes da interpretação do Edital, deverão ser solicitadas na Secretaria Municipal de Educação, pelo Email: seme@edu.alfredochaves.es.gov.br em dias úteis.

23.2. A participação no presente processo de credenciamento implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste edital e nos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor.

23.3. O presente processo de Chamamento Público poderá ser revogado por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes, devidamente comprovados, pertinentes e suficientes para justificar sua revogação.

24. DO FORO

24.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Alfredo Chaves/ES, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste instrumento.

25. ANEXOS DO PRESENTE INSTRUMENTO

- Anexo I – Memorial Descritivo – Requisitos Mínimos do Imóvel
- Anexo II – Modelo de Carta Proposta
- Anexo III – Modelo de Carta de Credenciamento
- Anexo IV - Modelo de Declaração de Idoneidade
- Anexo V – Modelo de Declaração de veracidade dos documentos e sujeição aos termos do Edital
- Anexo VI – Modelo de declaração de não vinculação com o quadro funcional do município;

Alfredo Chaves (ES), 25 de novembro de 2024.

FERNANDO VIDEIRA LAFAYETTE
Prefeito Municipal

ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO - REQUISITOS MÍNIMOS DO IMÓVEL

1. DO OBJETO

1.1. O presente Chamamento tem por objeto o credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas com propostas de venda de área de perímetro urbano localizadas no distrito de Matilde, Alfredo Chaves, Estado do Espírito Santo, para fins de construção de 01 (uma) unidade escolar, conforme autorização e especificações dispostas no Chamamento Público n.º 004/2024.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Conforme ações do Plano do Governo do Estado por meio da **CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2023** – que tem por objetivo o repasse de recursos financeiros do Fundo Estadual de Apoio à Ampliação e Melhoria de Condições de Oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental: **FUNPAES**, onde convocou os Municípios interessados em obter recursos para promover a ampliação, a Secretaria Municipal de Educação vislumbrou a possibilidade de adquirir uma área de terra no Distrito de Matilde, Alfredo Chaves/ES, justificando-se a pretensa aquisição pela necessidade de se construir uma nova unidade escolar, na localidade acima indicada.

2.2. Com a aquisição do terreno, a Secretaria Municipal de Educação poderá pleitear junto a SEDU/ES, através do FUNPAES, o recurso financeiro para executar a construção da unidade escolar, contudo, para o município inscrever seu Projeto Executivo junto ao Edital do FUNPAES, é necessário que se apresente o terreno registrado e legalizado, a fim de cumprir os critérios exigidos no Edital, sendo assim, temos por justificada a necessidade da aquisição.

3. DAS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DO IMÓVEL

3.1. As características mínimas do imóvel deverão respeitar a finalidade do mesmo e o interesse público, salientando que o objetivo da área é exclusivamente educacional e deverá prioritariamente ter condições favoráveis de acessibilidade (norma **ABNT NBR 9050/2020**), acesso de veículos, inclusive ônibus escolares, pedestres e outros, abastecimento de água potável, serviço de coleta e tratamento de esgoto, fornecimento de energia elétrica e facilidade de acesso à rede de dados, devendo ainda atender aos requisitos mínimos, tais como:

- a) O terreno deve estar disponível para ocupação da Administração Pública Municipal e livre de quaisquer edificações quando de sua aquisição;
- b) Possuir condições topográficas favoráveis em toda a sua área, com inclinação inferior a 8% (oito por cento);
- c) Possuir área contínua de, no mínimo, 6.000 m² (seis mil metros quadrados), caso eventualmente não desapropriadas, não poderão ser incluídas na proposta. A proponente possuindo em sua área registrada, área de domínio da BR ou de Redes Elétricas ou de qualquer outra Concessionária, deverá, obrigatoriamente, propor o imóvel desconsiderando a área ocupada;
- d) Possuir área contínua mínima de 100% (cem por cento) de aproveitamento para edificações



PREFEITURA DE
ALFREDO CHAVES
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

de instalações educacionais e de implantações de infraestrutura urbana necessárias;

- e) Encontrar-se situada confrontante para a ES 383 (trecho compreendido entre o Trevo de acesso à Estação Ferroviária de Matilde à região do cruzamento que dá acesso ao campo e igreja católica de Matilde;
- f) Possuir testada de frente para a ES 383, numa extensão mínima de 40m (quarenta metros) e no mínimo 125m (cento e vinte e cinco metros) de profundidade;
- g) Possuir Laudo da Defesa Civil Municipal ou Estadual quanto a segurança do imóvel;
- h) Não existir histórico e risco de alagamento, escorregamento de encostas, movimentação de massa, dentre outros fenômenos que possam ter ocorrido;
- i) Obedecer às regras de postura e funcionamento contidas na legislação vigente, (Codigo de Obras Municipal), Lei de Zoneamento, e não possuir quaisquer restrições que impossibilitem sua aquisição pelos meios legais;
- j) A área proposta deverá encontrar-se dentro do perímetro urbano ou de expansão urbana;
- k) Possuir Viabilidade Técnica quanto à: acessibilidade (norma **ABNT NBR 9050/2020**), acesso de veículos e inclusive ônibus escolares, pedestres e outros, abastecimento de água potável, serviço de coleta e tratamento de esgoto, fornecimento de energia elétrica e facilidade para acesso à rede de dados. As comprovações se darão por meio de documentos emitidos pelas concessionárias que atendem à região ou visita técnica *in loco*;
- l) Excepcionalmente na hipótese de não haver terreno ofertado que preencha os requisitos dos itens “c”, “d”, “e”, “f” e “i” ou seus valores estiverem acima do orçamento destinado para esse fim, a Comissão Especial de Avaliação poderá apreciar proposta com dimensões e localização próximas das aqui exigidas.

Alfredo Chaves (ES), 25 de Novembro de 2024.

FERNANDO VIDEIRA LAFAYETTE
Prefeito Municipal

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA

Pessoa física ou jurídica:

Nome:

CNPJ/CPF:

Nome do Representante Legal:

CPF:

RG:

Identificação do Procurador (se for o caso)

Dados Bancários:

Objeto: A seleção de proposta no âmbito do Município de Alfredo Chaves, Estado do Espírito Santo, para a Chamamento Público para o Credenciamento de propostas de venda de área em perímetro urbano por pessoas físicas ou jurídicas.

Descrição do Imóvel:

Lote:

Gleba:

Matricula no Cartório de Registro de Imóveis na Comarca de Alfredo Chaves/ES, sob n.º: _____

Área total (m2):

Item	Descrição	Quantidade (m2)	Valor (m²)	Valor Total da área
01	Área sem servidão			
02	Área com servidão			
Total				

Havendo servidão as mesmas deverão estar devidamente registradas na Matricula do Imóvel. Informar:

Topograficamente, a inclinação máxima que o imóvel possui: _____ %

Quantidade de área útil/edificável (edificações de instalações industriais e de implantações de infraestrutura urbana): _____ %

Extensão da testada do imóvel para a ES-383: _____ metros.



PREFEITURA DE
ALFREDO CHAVES
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	Critérios de Julgamento	Metodologia de Pontuação	Pontuação Máxima por Item
01	Terreno encontra-se disponível para ocupação desta municipalidade e livre de quaisquer edificações quando da sua aquisição.	<input type="checkbox"/> Atende <input type="checkbox"/> Não Atende	5 0
02	Possui condições topográficas favoráveis em toda a sua área com inclinação inferior a 8% (oito por cento);	<input type="checkbox"/> Atende <input type="checkbox"/> Não Atende	5 0
03	Possui área contínua de no mínimo 6.000,00m ² , eventualmente não desapropriadas, não poderão ser incluídas na proposta; a proponente possuindo em sua área registrada, área de domínio da BR ou de Redes Elétricas, deverá obrigatoriamente propor o imóvel desconsiderando a área ocupada.	<input type="checkbox"/> Atende <input type="checkbox"/> Não Atende	5 0
04	Possui área contínua mínima de 100% (cem por cento) de aproveitamento para edificações de instalações educacionais e de implantações de infraestrutura urbana necessárias.	<input type="checkbox"/> Atende <input type="checkbox"/> Não Atende	5 0
05	Encontra-se situada confrontante para a ES-383 (trecho compreendido entre o Trevo de acesso à Estação Ferroviária de Matilde à região do cruzamento que dá acesso ao campo e igreja católica de Matilde).	<input type="checkbox"/> Atende <input type="checkbox"/> Não Atende	5 0
06	Possui testada de frente para a ES 383, numa extensão mínima de 40,00m e no mínimo 125,00m de profundidade;	<input type="checkbox"/> Atende <input type="checkbox"/> Não Atende	5 0
07	Possui Laudo da Defesa Civil Municipal ou Estadual quanto a segurança do imóvel; Não existir histórico e risco de alagamento, escorregamento de encostas, movimentação de massa dentre outros fenômenos que possam existir;	<input type="checkbox"/> Atende <input type="checkbox"/> Não Atende	25 0
08	Obedecer às regras de postura e funcionamento contidas na legislação vigente, (Codigo de Obras Municipal), Lei de Zoneamento, e não possui quaisquer restrições que impossibilitem sua aquisição pelos meios legais;	<input type="checkbox"/> Atende <input type="checkbox"/> Não Atende	5 0



PREFEITURA DE
ALFREDO CHAVES
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

09	À área proposta encontra-se em partes, dentro do perímetro urbano da sede administrativa do Município de Alfredo Chaves/ES.	<input type="checkbox"/> Atende <input type="checkbox"/> Não Atende	5 0
10	Viabilidade Técnica quanto á: acessibilidade (norma ABNT NBR 9050/2020), acesso de veículos e inclusive ônibus escolares, pedestres e outros, abastecimento de água potável, serviço de coleta e tratamento de esgoto, fornecimento de energia elétrica e rede de dados; essas comprovações se darão por meio de documentos emitidos pelas concessionárias que atendem a região.	<input type="checkbox"/> Atende <input type="checkbox"/> Não Atende	10 0
		PONTUAÇÃO MÁXIMA TOTAL	75

Validade da Proposta: 150 (cento e cinquenta) dias.

Alfredo Chaves (ES), ____ de _____ de 2024.

Assinatura do proponente (s)



PREFEITURA DE
ALFREDO CHAVES
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO III
MODELO CARTA DE CREDENCIAMENTO

Ao Município de Alfredo Chaves/ES.

À Secretaria Municipal de Educação

Ref.: Chamamento Público n.º 004/2024

NOME/RAZÃO SOCIAL:

CNPJ/CPF/MF:

ENDEREÇO:

Por meio da presente, credenciamos o(a) Sr. _____,
portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____ e CPF
n.º _____ a participar da Sessão de Chamamento Público n.º 004/2024,
instaurado pelo Município de Alfredo Chaves/ES, na qualidade de representante legal, outorgando-
lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa/proprietário _____,
bem como praticar todos os demais atos inerentes ao processo.

Local e Data

(Assinatura do dirigente da Empresa/Proprietário com firma reconhecida)

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Ao Município de Alfredo Chaves/ES

À Secretaria Municipal de Educação

Referente: Edital de Chamamento Público n.º 004/2024

(Modelo para Pessoa Jurídica)

Eu, _____, residente e domiciliado à _____, portador do CPF n.º _____ DECLARO, sob as penas da lei, para fins de participação no Chamamento Público n.º 004/2024 do Município de Alfredo Chaves/ES, que a empresa _____ não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e alterações posteriores, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação, quanto à capacidade jurídica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

Local e Data

(Assinatura do Diretor ou Representante Legal da empresa)



PREFEITURA DE
ALFREDO CHAVES
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

(Modelo para Pessoa física)

Eu, _____, residente e domiciliado à _____, portador do CPF nº _____ **DECLARO**, sob as penas da lei, para fins de participação no Chamamento Público n.º 004/2024 do Município de Alfredo Chaves/ES, que não fui declarado(a) INIDÔNEO(A) para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e alterações posteriores, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

Local e Data

(Assinatura do Diretor ou Representante Legal da empresa)

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DOS DOCUMENTOS E SUJEIÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL

Ao Município de Alfredo Chaves/ES
À Secretaria Municipal de Educação
Chamamento Público n.º 004/2024

(Modelo Pessoa Jurídica)

Eu, _____, residente e domiciliado em _____, inscrito no CPF/MF sob o n.º _____, representante legal da empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, declaro, para fins de direito, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, que as informações e os documentos apresentados para participação no Chamamento Público n.º 004/2024, junto ao Município de Alfredo Chaves/ES, são verdadeiros e autênticos.

Declaro ainda que tenho ciência e concordo com todos os termos do Edital.

Fico ciente, através deste documento, que a falsidade dessa declaração configura crime previsto no Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da lei.

Nada mais tendo a declarar, e por esta ser a expressão da verdade, firmo o presente.

E por ser esta a expressão da verdade, firmo o presente.

Local e Data

(Assinatura do Diretor ou Representante Legal da empresa)



PREFEITURA DE
ALFREDO CHAVES
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

(Modelo Pessoa Física)

Eu, _____, residente e domiciliado em _____, inscrito no CPF/MF sob o n.º _____, declaro, para fins de direito, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, que as informações e os documentos apresentados para participação no Chamamento Público n.º 004/2024, junto ao Município de Alfredo Chaves/ES, são verdadeiros e autênticos.

Declaro ainda que tenho ciência e concordo com todos os termos do Edital.

Fico ciente que, através deste documento, que a falsidade dessa declaração configura crime previsto no Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da lei.

Nada mais tendo a declarar, e por esta ser a expressão da verdade, firmo o presente. E por ser esta a expressão da verdade, firmo o presente.

Local e Data

(Assinatura do Proprietário)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE NÃO VINCULAÇÃO COM O QUADRO FUNCIONAL DO MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES/ES.

_____, pessoa física ou pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF ou CPF/MF sob o n.º _____, RG n.º _____, com sede na Rua _____, n.º _____, Bairro _____, na cidade de _____,

DECLARA para os devidos fins e de direito, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, §3º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, e com base na Súmula 13 do STF e Prejulgado 09 do MPJTC, que não possui servidor integrante do quadro funcional do Município de Alfredo Chaves/ES, mesmo que inativo, seja como sócio, cotista, dirigente ou empregado, ou ainda, como cônjuge, companheiro, parente em linha reta ou colateral, consanguíneo ou afim de servidor público do Município de Alfredo Chaves/ES, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, ou faça parte do quadro de membros de contratação de licitação ou autoridade ligada à contratação.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente para que surta os efeitos legais e jurídicos.

Local e data.

Representante legal
(Nome e assinatura)